

## DISTINTAS COMPREENSÕES DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS COM BASE NAS POLÍTICAS NACIONAIS

Lucimara Valdambri Moriconi <sup>1</sup>  
Lilian Cristine Ribeiro Nascimento <sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é um recorte de uma dissertação de mestrado em andamento, na Faculdade de Educação da Unicamp, e visa apresentar como a educação de surdos, a partir das Políticas Nacionais de Educação, é compreendida e implementada em diferentes escolas do estado de São Paulo. Nota-se que a partir das interpretações e das possibilidades encontradas em cada localidade, a educação bilíngue apresenta distintos modelos escolares, sendo nessa pesquisa são apresentados cinco deles. A educação bilíngue para surdos possui características reivindicadas pela comunidade surda, sendo a principal delas que a instrução seja em Língua de sinais com a presença de educadores surdos. Alguns modelos escolares priorizam essas características, outros nem tanto, afetando as interações e o desenvolvimento dessas crianças.

### METODOLOGIA

O caminho metodológico da pesquisa possui um caráter qualitativo (LÜDKE; ANDRÉ, 1988), assim na pesquisa de campo permitiu que os dados coletados fossem predominantemente descritivos atentando-se ao processo. A abordagem utilizada foi o estudo de caso que busca retratar a realidade de forma completa e profunda, além disso, foi utilizado o conceito de observação direta (KAPLAN, 1972) que auxiliou sobretudo na etapa descritiva da pesquisa.

### DESENVOLVIMENTO

A educação de surdos, desde seu primórdio, vem passando por grandes transformações e muitas conquistas já foram alcançadas, embora ainda se tenha muito a avançar.

No Brasil, algumas das conquistas da população surda foram a Lei nº 10.436 e o Decreto nº 5.626. A Lei nº 10.436 foi instaurada no ano de 2002, que oficializa a Libras como meio legal de expressão e comunicação da comunidade surda, de “natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002).

Já o Decreto nº 5.626 foi promulgado no ano de 2005 para regulamentar essa Lei. Esse decreto trouxe diversos benefícios para os avanços da educação dos surdos no Brasil, como a inclusão da Libras sendo uma disciplina curricular obrigatória na formação de professores e fonoaudiólogos, formação de professores e instrutores de Libras, garantia do uso e da difusão da Libras e da língua portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação, oficialização da formação e da profissão dos tradutores e intérpretes, garantias do direito a educação em escolas bilíngues ou regular com intérpretes, do direito à saúde e acesso a serviços públicos e órgãos da administração pública federal com tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras (BRASIL, 2005).

---

<sup>1</sup> Mestranda do programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas / Unicamp – SP, lucimaramoriconi@gmail.com;

<sup>2</sup> Professora orientadora: doutora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas / Unicamp – SP, lilianm@unicamp.br.

Em concordância com essas conquistas, o Plano Nacional de Educação de 2014 passou a garantir a oferta do ensino bilíngue aos estudantes surdos, especificado em sua meta 4:

4.7) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos (BRASIL, 2014, p. 56).

Visto que a oferta de educação bilíngue para alunos surdos é uma garantia conquistada em âmbito nacional, é necessário destacar que a compreensão do que possa ser uma educação bilíngue abriu margem para diferentes interpretações e compreensões, o que gerou diversos modelos escolares de educação de surdos.

A proposta de educação bilíngue surge para suprir a necessidade de um desenvolvimento satisfatório de linguagem dos sujeitos surdos, tendo em vista que surdos e ouvintes adquirem língua de formas diferenciadas. A criança ouvinte, desde antes de seu nascimento, quando se encontra no ventre de sua mãe, já possui o aparelho auditivo completo e inicia os estímulos em relação à audição. Após seu nascimento, a aquisição linguística vai fluir espontaneamente, tendo em vista que a criança ouvinte tem acesso a língua utilizada por seus pais e responsáveis. Já as crianças surdas, em 95% dos casos, nascem filhas de pais ouvintes e, na maioria dos casos, não têm acesso a língua que eles utilizam, pelos impedimentos gerados pela surdez. Isso gera um atraso linguístico comprometedor na criança que, em muitos casos, passa a ter a aquisição da língua quando começa a frequentar a vida escolar. Assim, evidencia-se a premência do surdo adquirir, o quanto antes, a língua de sinais como primeira língua, pois ela possibilita seu desenvolvimento e a aquisição em sua plenitude e a língua portuguesa como segunda língua, justificando a importância de um modelo de educação bilíngue para surdos que esteja apropriada as demandas e necessidades desses sujeitos e da comunidade surda no qual estão inseridos.

Martins (2016) esclarece que a escola para ser inclusiva precisa “oferecer espaço de aprendizagem e construção na diferença, por meio da visualidade que a língua de sinais marca no corpo surdo” (MARTINS, 2016, p. 721) e explica como seria a estrutura de uma educação bilíngue que acolha o surdo integralmente:

São propostas de mudanças na escola, desde a contratação de professores bilíngues (fluentes na Libras – Língua Brasileira de Sinais – e no Português), educadores surdos modelos linguísticos para criança surda, intérpretes de língua de sinais, e até algo mais profundo que mexe com as bases estruturais e com paradigmas arraigados da concepção inclusivista, que seriam as salas língua de instrução Libras. Salas nas quais os docentes lecionam diretamente em Libras, e, portanto, não há mediação de intérpretes. São salas abertas a qualquer aluno desde que entenda que o ensino será permeado exclusivamente pela Libras, e o português ensinado como segunda língua. Esta proposta, de salas língua de instrução Libras, nos projetos observados, tem sido sugerida na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental I, pois a atividade tradutória ainda é algo muito complexo para as crianças. Além da importância de pares surdos na aquisição de linguagem (MARTINS, 2016, p. 721).

Considerando-se que a maioria das crianças surdas são filhas de pais ouvintes e não tem contato com Libras, que seria a língua desenvolvida de forma natural, e também não desenvolvem o português oral pelos impedimentos da surdez, Quadros (1997) afirma que uma proposta bilíngue deve considerar essa situação, apresentando dentro do ambiente escolar a presença de surdos adultos. Essa presença, para a autora, possui as seguintes vantagens:

Primeiro, a criança, tão logo tenha entrado na escola, é recebida por um membro que pertence à sua comunidade cultural, social e linguística; assim, ela começa a ter oportunidade de criar a sua identidade. Segundo, essa criança começa a adquirir a sua língua natural. Tais vantagens são imprescindíveis para o sucesso da proposta bilíngue. Deve haver um ambiente próprio dentro da escola (ou em outro lugar) para desenvolver a linguagem e o pensamento da criança surda; assim, tornar-se-á possível o ensino de uma segunda língua, caso contrário, a criança não terá chances de apresentar um domínio razoável da língua portuguesa (QUADROS, 1997, p. 30).

Assim, para essa autora, uma escola para surdos deve contemplar os quatro objetivos:

- a) criar um ambiente linguístico apropriado às formas particulares de processamento cognitivo e linguístico das crianças surdas;
- b) assegurar o desenvolvimento sócio-emocional íntegro das crianças surdas a partir da identificação com surdos adultos;
- c) garantir a possibilidade de a criança construir uma teoria de mundo e
- d) oportunizar o acesso completo à informação curricular e cultural (QUADROS, 1997, p. 107 e 108).

Portanto, a educação bilíngue possui traços da cultura surda e ao mesmo tempo que segue os conteúdos das escolas regulares de ensino para que os surdos tenham acesso à educação plena permitindo seu desenvolvimento.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram pesquisadas cinco escolas localizadas no estado de São Paulo, sendo quatro delas escolas municipais e uma delas estadual. Nessas cinco escolas é possível perceber diferentes compreensões referentes a educação bilíngue, em que cada município e estado, foram adequando suas leis de forma como consideram coerente, o que nem sempre atende aos anseios da comunidade surda. Desse modo, adaptações nas unidades educacionais foram acontecendo, muito mais de acordo com as interpretações e possibilidades de cada município, do que uma implementação fidedigna das leis federais.

No Município 1 existem as EMEBS – Escolas Municipais de Educação Bilíngues para Surdos, por meio do Decreto nº 52.785/2011, instituídas como Unidades-Polo. A escola foco do estudo de caso nesse município foi a Escola Laura Bridgman<sup>3</sup>. Nessa escola, os alunos são todos surdos e se tornam fluentes em língua de sinais. Assim, a língua de instrução é a Libras e o português é adquirido pelos alunos como segunda língua, gerando a necessidade de o professor da sala ser bilíngue. A escola conta também com o instrutor surdo, intérprete e guia-intérprete para os alunos que possuem surdo-cegueira.

Na Escola Laura Bridgman, foi verificado que a língua de sinais circula em todos os ambientes, indo além da sala de aula, desde o refeitório até o ambiente de recreação, tendo um lugar de destaque e predominância, nesse sentido, todas as pessoas envolvidas no ambiente educacional sabem falar Libras, permitindo a livre comunicação entre surdos e ouvintes. Foi verificado também a presença de adultos surdos, o que fortalece a identidade e ao desenvolvimento dessas crianças.

---

<sup>3</sup> Os nomes escolhidos para as escolas são fictícios a fim de preservar a identidade delas. A escolha desses nomes teve o propósito de homenagear mulheres surdas, que no decorrer da história dos surdos tiveram uma grande importância e influência, fazendo com que fossem conhecidas na comunidade surda e ouvinte. Laura Bridgman (1829 – 1889), foi professora e primeira mulher com surdocegueira a estudar a língua inglesa e ter um ensino formal. Ensinou língua de sinais tátil a Anne Sullivan que se tornou professora de Helen Keller. Disponível em: <http://www.libras.com.br/surdos-famosos-laura-bridgman> acesso em 17/05/2019.

No Município 2 para atender às demandas da legislação nacional e garantir o atendimento educacional aos educandos surdos, por meio do Plano de Educação da Cidade, pela Lei Municipal Nº 7.598/2017 nas escolas regulares inclusivas de educação básica, existem salas de educação bilíngue, em que a língua de instrução também é a língua de sinais e o português como segunda língua. A Escola Louise Walser<sup>4</sup> é uma escola de ensino regular inclusiva e possui duas salas de aula que são bilíngues, ambas com 6 alunos surdos cada, com idade entre 9 a 11 anos. Nessas salas a língua de instrução é a Libras, os professores polivalentes de sala são bilíngues, já os professores especialistas são falantes somente da língua portuguesa, fazendo com que os professores polivalentes permaneçam nessas aulas e atuem como intérpretes possibilitando que a comunicação aconteça.

Na Escola Louise Walser foi possível perceber que a língua de sinais circula a todo momento nas duas salas bilíngues, mas não se estende ao restante das outras salas e outros espaços da escola em que o português predomina, fazendo com que a comunicação dos alunos surdos se limite com os falantes de Libras das salas bilíngues.

O Município 3 é orientado pelo Documento-Base Plano Municipal de Educação, por meio da Portaria SME Nº 16/2014. Já a Portaria SME nº 13/2016 institui a Política Educacional para Pessoa com Surdez e com Deficiência Auditiva, no qual implementa as escolas comuns polo bilíngues, em que a docência é compartilhada, configurando as salas bilíngues da seguinte forma:

compostas por SURDOS e OUVINTES, que utiliza como língua de instrução no processo educativo dos surdos a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa e que concentra o número maior possível de surdos para que estes tenham pares e educadores competentes em Libras e que, ao mesmo tempo, convivam com ouvintes (PREFEITURA DE CAMPINAS, 2016).

Assim, a Escola Shirley Vilhalva<sup>5</sup> é uma escola de ensino regular inclusiva que utiliza duas línguas de instrução: o Português e a Libras. As salas possuem aproximadamente de 25 a 30 crianças surdas e ouvintes, mais duas professoras sendo uma para ouvintes e outra bilíngue para surdos, uma instrutora surda (algumas vezes na semana), quase todas as salas contam com uma estagiária que auxilia as professoras e um intérprete que acompanha as aulas dos especialistas.

Na Escola Shirley Vilhalva, constatou-se que nas salas e no restante do ambiente escolar circulam português e Libras. Mesmo assim, foi possível perceber que há certa divisão relacionada as interações das crianças observando a escola de uma forma geral: criança surda normalmente interage em língua de sinais com criança surda e criança ouvinte normalmente interage em português oral com criança ouvinte. São com menor frequência os momentos que as trocas entre crianças surdas e ouvintes acontecem seja na sala de aula ou nos outros espaços de convívio da escola.

O Município 4 é regido pelo Plano Municipal de Educação por meio da Lei nº 3.124 de 2015, que determina a alfabetização bilíngue aos surdos, sendo Libras a primeira língua e

---

<sup>4</sup> Louise Walser (1870 – 1920), francesa, ativista foi a primeira mulher surda a se pronunciar em um banquete, no 197º aniversário de nascimento de L'Abbé de L'Épée. Era conhecida como a “Joana D’Arc dos surdos”. Disponível em: [www.2-as.org/editions-du-fox/index.php?controller...id...](http://www.2-as.org/editions-du-fox/index.php?controller...id...) acesso em 29/05/2019.

<sup>5</sup> Shirley Vilhalva faz parte de uma família com 9 pessoas surdas, inclusive ela, nasceu em Campo Grande em 1964. Foi a primeira professora de surdos do Mato Grosso do Sul. Trabalhou no mapeamento das línguas de sinais de comunidades e reservas indígenas. Atualmente é professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e doutoranda da Unicamp. Disponível em: <http://tvines.org.br/?p=18505> e <https://www.escavador.com/sobre/3326808/shirley-vilhalva> acesso 29/05/2017.



português como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e escolas inclusivas. A Escola Gladis Perlin<sup>6</sup>, é uma escola polo para surdos na cidade onde está localizada, porém mesmo sendo uma escola polo, nela existe somente uma intérprete que precisa dividir o seu tempo com todas as salas da escola que possui alunos surdos e quando a intérprete precisa faltar não existe ninguém que a substitua, assim sendo, dentro da sala de aula os alunos surdos permanecem mais tempo sem intérprete do que com. Dentro da sala a língua de instrução é majoritariamente o português, sendo que a professora polivalente não conhece Libras, falante somente do português. Quando a professora quer falar algo aos alunos surdos ou quando estes não compreendem a atividade, na ausência da intérprete<sup>7</sup>, ambos recorrem a alguns colegas que, solidariamente, aprenderam Libras e auxiliavam em tudo que conseguiam.

Na Escola Gladis Perlin existe uma sala de recursos, onde os alunos surdos vão quase todos os dias realizar atividades por cerca de 50 minutos. Nessa sala de recursos as professoras são bilíngues e a língua de instrução é Libras. Elas aplicam e desenvolvem com os surdos diversas atividades que os auxiliam no desenvolvimento na sala regular, além de ensinarem Libras para os alunos surdos que chegam na escola sem ter contato. No restante da escola é o português que circula majoritariamente. Com isso, foi possível perceber que as trocas e interações dos alunos surdos acontecem em poucos momentos com as professoras bilíngues na sala de recursos ou com pouquíssimos colegas que aprenderam a língua de sinais, fazendo com que sejam interações um tanto quanto limitadas evidenciando uma barreira de comunicação.

A última escola é estadual, a Escola Gertrude Ederle<sup>8</sup> é uma escola de ensino regular inclusiva. Orientada pela legislação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, conta com a Resolução 11/2008 que define os alunos considerados com necessidades especiais e com a Deliberação CEE nº 68/2007 que fixa normas para a educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, através do Sapes (Serviço de Atendimento Pedagógico Especializado) tem por objetivo melhorar a oferta da educação especial, oferecendo diversas metodologias de trabalho que torne acessível o acompanhamento do aluno com necessidade especial no ensino regular. Os alunos surdos contam com o professor interlocutor de Libras/Língua Portuguesa, que assegura a comunicação interativa professor-aluno no desenvolvimento das aulas para os alunos surdos, de forma que ele permita o entendimento, o acesso à informação, às atividades e aos conteúdos curriculares.

A Escola Gertrude Ederle possui somente uma aluna surda. A professora da sala é ouvinte e fala português, não utiliza Libras em nenhum momento das suas aulas, assim quem acompanha o aprendizado dessa aluna é a professora interlocutora / intérprete, que utiliza a língua de sinais para transmitir o conteúdo passado pela professora e orienta, quando necessário, ao entendimento da criança. A escola realizou um projeto para o ensino de Libras para alunos e funcionários, porém mesmo assim são pouquíssimas pessoas que conhecem Libras, sendo o português que circula majoritariamente pelo ambiente. Foi possível verificar que a criança surda

---

<sup>6</sup> Gladis Perlin foi a primeira surda brasileira a obter o título de doutora no Brasil. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação de Surdos, atuando principalmente nos seguintes temas: Surdos, Identidade, Alteridade, Diferença, Cultura, Educação.

Disponível em: <https://sites.google.com/site/pesquisassobresurdez/gladis-perlin> acesso em 17/05/2019.

<sup>7</sup> O período em que foi realizado o estudo de caso, a intérprete estava com uma licença saúde e não tinha quem a substituísse.

<sup>8</sup> Gertrude Ederle (1905 – 2003) era surda, competidora de natação americana, campeã olímpica e ex-recordista mundial em cinco eventos. Tornou-se a primeira mulher a atravessar o Canal da Mancha a nado. Ela estabeleceu o recorde mundial em 1911 com o tempo de 14 horas e 34 minutos. Foi apelidada pela Imprensa por “Queen of the Waves” (Rainha das Ondas). Gertrude também ensinou natação para as crianças surdas. Disponível em: <https://blog.surdoparasurdo.com.br/8-mulheres-surdas-que-marcaram-hist%C3%B3ria-5fae34b4b0ee> acesso em 17/05/2019.

estabelece o contato sempre utilizando a língua de sinais e como a grande maioria das pessoas da escola são falantes somente do português, as interações da aluna surda se limitam a professora-interlocutora e a uma amiga que aprendeu a Libras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até nesse momento da pesquisa em andamento do mestrado, foi possível constatar que a partir das leis de âmbito nacional é notável divergência na interpretação e compreensão dessas leis pelos gestores públicos do que venha ser educação bilíngue para surdos e, de acordo com cada possibilidade real dos municípios e do estado, essa educação bilíngue é implementada de diferentes formas nas escolas refletindo diretamente na educação escolar que os sujeitos surdos têm.

As consequências dos diferentes modelos escolares quem sofre são os surdos, visto que em determinados modelos há o impedimento e a dificuldade da comunicação, gerando grande limitação nas interações e compreensões, refletindo diretamente no aprendizado escolar e nas experiências e conhecimentos advindos de outras fontes que não a professora e/ou intérprete.

**Palavras-chave:** Educação de surdos, educação bilíngue, modelos escolares.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta A Lei no 10.436, de 24 de Abril de 2002, Que Dispõe Sobre A Língua Brasileira de Sinais - Libras, e O Art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de Dezembro de 2000.** Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em 07 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe Sobre A Língua Brasileira de Sinais - Libras e Dá Outras Providências.** Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm). Acesso em 07 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação 2014 - 2024.** Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em 08 de março de 2018.

KAPLAN, A. **A conduta na pesquisa.** São Paulo, Herder/EDUSP, 1972.

LUDKE, Menga; André, Marli Eliza D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, SP: EPU, 1988.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. Educação de Surdos e Proposta Bilíngue: ativação de novos saberes sob a ótica da filosofia da diferença. **Educação & Realidade**, São Carlos, v. 41, n. 3, p.713-729, jul / set. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623661117>.

PREFEITURA DE CAMPINAS (Município). Portaria nº 13/2016, de 24 de junho de 2016. **Política Educacional Para Pessoa Com Surdez e Com Deficiência Auditiva.** Campinas.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997.